

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509 Jardim Americano, Lins - São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da Companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da Concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.600, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013; e
- Realização de investimentos na rodovia.

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 7.388 (prejuízo de R\$ 37.485 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) e capital circulante líquido negativo de R\$ 632.577 (R\$ 678.621 em 31 de dezembro de 2016), principalmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 147.212 e R\$ 405.026, de empréstimos e financiamentos e debentures, respectivamente, ensejado pelo descumprimento de indicadores financeiros, previstos nas cláusulas contratuais (“covenants”) em contratos com o BNDES e debenturistas, que usualmente no mercado poderiam vir a provocar a cobrança de multa pelos referidos credores diante do descumprimento e/ou um pagamento de prêmio para a contratação de uma nova curva de covenants para as próximas medições, se for o caso. A Administração entende ser improvável a decretação do vencimento antecipado de obrigações de longo prazo, uma vez que a Companhia se mantém adimplente com os pagamentos das obrigações financeiras. Dada a

mecânica de preenchimento com os valores cobrados nas praças de pedágio das contas garantia e reserva aos credores, em valores acima do suficiente para fazer frente aos vencimentos das parcelas dos empréstimos, a Companhia entende como afastada a hipótese de vencimento antecipado.

A Companhia está adimplente com as obrigações financeiras junto aos credores, e para fazer frente a suas obrigações contratuais a Companhia conta com o suporte dos acionistas por meio de integralizações de capital, sendo que no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 já houve aumento de capital no montante R\$ 31.750 (R\$ 96.400 em 31 de dezembro de 2016), bem como com recursos de terceiros, previstos para ocorrer nos planos de negócio da Companhia.

Até a emissão destas informações contábeis intermediárias a Administração da Companhia continua em discussão com os credores para a obtenção de *waiver* pelo descumprimento de *covenants*, conforme mencionado nas notas explicativas 9 e 10.

A Administração da Companhia vem mantendo as negociações com o BNDES e com os debenturistas objetivando o alongamento das dívidas vincendas e as alterações das cláusulas de *covenants* financeiros para enquadrar a Companhia dentro do novo contexto da economia brasileira. As informações contábeis intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia, tendo em vista que os seus negócios têm se comportado conforme esperado em projetos da mesma natureza.

Os planos da administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso a administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas. Além disso, os impactos recentes da alta de inflação e juros, tanto nas despesas operacionais como na correção dos saldos das dívidas, se mostram menores acompanhando a tendência de redução dos níveis atuais de juros e inflação. Os impactos já se fazem presentes no período findo em 30 de setembro de 2017 onde a Companhia obteve lucro. A Companhia também prevê para os próximos períodos a entrada de recursos importantes oriundos da celebração de contratos de uso da faixa de domínio da rodovia por outras empresas, cujas negociações já estão em andamento.

2 Apresentação das informações contábeis intermediárias e principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas

contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das informações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações de notas explicativas que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2016 não foram repetidas integralmente nestas informações trimestrais. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das informações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Na preparação destas informações intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não tiveram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação as informações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras.

As informações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 13 de novembro de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Novos IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretações de informação do IASB) aplicável às informações contábeis financeiras

Não há normas IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor ou que se espera impacto significativo sobre as informações financeiras trimestrais do Grupo, além daquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2017	31/12/2016
Caixa	1	1
Bancos	1.912	3.133
Fundo de troco/numerários trânsito	133	160
	<u>2.046</u>	<u>3.294</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 20.

4 Aplicações financeiras

	30/09/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras	47.116	26.556

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e Debêntures, veja maiores detalhes nas notas explicativas nº 9 e 10.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 20.

5 Contas a receber

	30/09/2017	31/12/2016
Pedágio eletrônico	8.771	9.129
Visa - vale-pedágio	258	132
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	586	839
DBTrans S/A	128	157
Outros	311	302
	<u>10.054</u>	<u>10.559</u>

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe ajuste para provisão para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

6 Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores no trimestre e semestre findos em de 30 de setembro de 2017 e 2016:

Descrição	30/09/2017 (3 meses)	30/09/2016 (3 meses)	30/09/2017 (9 meses)	30/09/2016 (9 meses)
Diretores estatutários	12	11	34	32

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia. A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a. Primeiros saldos

	Nota	Saldo em aberto em	
		30/09/2017	31/12/2016
Ativo			
<i>Adiantamentos a fornecedores</i>			
BRVias Holding VRD S.A.	(i)	859	749
BRVias S.A.	(vii)	2.082	2.189
Total outros créditos		2.941	2.938
Passivo			
<i>Serviços prestados</i>			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	493	152
Splice Ind e Com de Serviços	(iv)	271	88
Noroestecom Telecomunicações S/A.	(iii)	1	1
Marilia Transporte Ltda.	(vi)	9	10
Total fornecedores (nota explicativa nº 16)		774	251
Total do passivo		774	251

b. Transações que afetaram o resultado

	Nota	Valor da transação no resultado dos períodos			
		30/09/2017 (3 meses)	30/09/2016 (3 meses)	30/09/2017 (9 meses)	30/09/2016 (9 meses)
<i>Serviços prestados</i>					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	(494)	(472)	(1.458)	(1.429)
Splice Ind e Com de Serviços	(iv)	(283)	(350)	(1.247)	(972)
BRVias S.A.	(vii)	-	(3.392)	(1.369)	(6.583)
Barbará Obras e Edificações Ltda.	(ii)	-	-	-	(283)
Avine Engenharia Ltda EPP	(v)	-	-	-	(82)
Noroestecom Telecomunicações S/A.	(viii)	(11)	(20)	(34)	(45)
Conservação Sorocabana Ltda.	(ii)	-	-	-	(16)
Marilia Transporte Ltda.	(iii)	(1)	-	(1)	(17)
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	(28)	(28)	(84)	(94)
Total fornecedores		(817)	(4.262)	(4.193)	(9.521)
(i)	São serviços administrativos tais como publicação de balanço e outros que foram pagos pela Companhia;				
(ii)	As transações referem-se à execução direta e/ou indireta as obras e serviços de engenharia previstas nos itens do programa de exploração de rodovia;				
(iii)	Serviços de transportes de pessoal;				
(iv)	Execução de serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;				
(v)	Serviços de consultoria de engenharia;				
(vi)	Serviços de consultoria administrativa;				
(vii)	Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhado;				
(viii)	Outros serviços diversos.				

7 Imobilizado

Em milhares de Reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	4.042	4.937	1.654	131	10.764
Adições	193	50	202	1.871	2.316
Baixas	-	(100)	-	-	(100)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.235	4.887	1.856	2.002	12.980
Adições	122	119	26	-	267
Baixas	-	(1)	-	-	(1)
Saldo em 30 de setembro de 2017	4.357	5.005	1.882	2.002	13.246
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(1.693)	(2.210)	(667)	(68)	(4.638)
Depreciação no exercício	(568)	(52)	(175)	(512)	(1.307)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.261)	(2.262)	(842)	(580)	(5.945)
Depreciação no período	(456)	(275)	(140)	(519)	(1.390)
Saldo em 30 de setembro de 2017	(2.717)	(2.537)	(982)	(1.099)	(7.335)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2016	1.974	2.365	1.014	1.682	7.035
Em 30 de setembro de 2017	1.640	2.468	900	903	5.911

8 Intangível

	Praças de pedágio	Recuperação Da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga(i)	Outros-concessão(ii)	Software	Total
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2016	35.087	433.883	7.796	413.597	115.527	2.971	1.008.861
Aquisições e construções	119	20.561	258	-	35.320	304	56.562
Saldo em 31º de dezembro de 2016	35.206	454.444	8.054	413.597	150.847	3.275	1.065.423
Aquisições e construções	-	10.027	2	-	10.490	4	20.523
Baixas	(86)	-	-	-	(565)	-	(651)
Saldo em 30 de setembro de 2017	35.120	464.471	8.056	413.597	160.772	3.279	1.085.295
Amortização acumulada							
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(7.997)	(20.040)	(1.565)	(44.465)	(6.708)	(930)	(81.705)
Amortização do exercício	(976)	(12.601)	(223)	(11.469)	(4.183)	(91)	(29.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(8.973)	(32.641)	(1.788)	(55.934)	(10.891)	(1.021)	(111.248)
Amortização do período	(509)	(6.570)	(116)	(5.980)	(2.181)	(48)	(15.404)
Saldo em 30 de setembro de 2017	(9.482)	(39.211)	(1.904)	(61.914)	(13.072)	(1.069)	(126.652)
Valor líquido contábil							
Em 31 de dezembro de 2016	26.233	421.803	6.226	357.663	139.956	2.254	954.175
Em 30 de setembro de 2017	25.638	425.260	6.152	351.683	147.700	2.210	958.643

- (i) Conforme descrito na nota explicativa 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:

	2009
Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada Custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

9 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 20.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	30/09/2017	31/12/2016
Finame-BNDES (i)	5,50%	-	2021	583	710
Finem-BNDES (ii)	2,41%	TJLP	2025	119.494	137.468
Finem-BNDES (ii)	2,41%	UMIPCA-M.	2025	59.850	68.852
CCB	5,00%	CDI	2017	-	15.092
CCB	5,80%	CDI	2020	30.315	-
<i>Leasing</i>	11,62% a 15,50%	-	2017 - 2022	1.087	1.766
				211.329	223.888

Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens.

- (i) Em 14 de dezembro de 2011, a Companhia firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais UMIPCA-M (Unidade Monetária IPCA), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Recursos que foram e serão utilizados para investimentos na rodovia. O valor total de R\$343.706, sendo que, até 31 de dezembro de 2015, foram liberados R\$274.246. Conforme cláusulas contratuais firmadas entre as partes, o saldo de R\$41.923 será liberado durante o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016, concomitantemente ao cronograma de investimento do Contrato de Concessão, nas respectivas proporções de desembolso para cada subcrédito.
- (ii) A amortização do principal dos subcréditos atrelados a TJLP será em 114 prestações mensais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2012 (Sub A), 15 de novembro de 2013 (Sub C e E), 15 de novembro de

2015 (Sub H e J). Já a amortização do principal dos subcréditos atrelados a UMIPCA-M será em 9 prestações anuais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2013 (Sub B) e em 15 de janeiro de 2015 (Sub D, F, I e K). O Subcrédito G será utilizado na implantação de projetos sociais nas populações lindeiras ao longo da rodovia, a amortização deste subcrédito se dará em 114 parcelas mensais, a serem iniciadas em 15 de novembro de 2015, ao custo de TJLP.

Em dezembro de 2011 foi liberado o montante de R\$ 140.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 57.676 do Subcrédito A, R\$ 23.103 do Subcrédito B, R\$ 35.000 do Subcrédito C e R\$ 24.222 do Subcrédito D.

Em outubro de 2012 foi liberado o montante de R\$ 29.000 e em 14 de dezembro de 2012 foi liberado o montante de R\$ 6.000, referente ao subcrédito "C". Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em abril de 2013 foi liberado o montante de R\$ 30.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 18.694 do Subcrédito C e R\$ 11.306 do Subcrédito D. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em maio e junho de 2014 foram liberados o montante de R\$ 50.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 35.700 do Subcrédito H, R\$ 14.300 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em janeiro, maio e junho de 2015 foram liberados o montante de R\$ 46.783, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 7.511 do Subcrédito C, R\$ 28.039 do Subcrédito H e R\$ 11.233 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Aval da Comporte Participações S.A e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A, até que sejam cumpridas certas obrigações contratuais.

As garantias reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

O financiamento ainda conta com a garantia no montante de R\$ 41.923 através de fiança bancária, que serão resgatadas quando do cumprimento das obrigações previstas no contrato com o BNDES.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$2.809 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. Em 31 de dezembro de 2015 o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$1.824.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes:

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da Companhia cujo valor, supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$ 20.000 (valor atualizado anualmente no dia 31 de janeiro de cada ano pelo IPCA anterior), com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;

- Manter os seguintes índices financeiros:
 - Patrimônio líquido/Ativo total maior ou igual a 20%;
 - Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,2;
 - Manter o índice “Dívida líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5 (cinco) até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 4 (quatro) a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, sendo que para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, a Companhia atingiu o índice de Dívida líquida / EBITDA de 5,67 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 4; e a Companhia atingiu o índice de ICSD de 0,75, principalmente impactado pela postergação do pagamento de juros da debênture de junho de 2016 para setembro de 2016, que acabou integrando o período de 12 meses considerado no ICSD, juntamente com o pagamento anual das debêntures de junho de 2017 ao passo que a cláusula contratual define que seja superior a 1,2 (exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atingiu o índice de Dívida líquida / EBITDA de 6,26 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 4; e a Companhia atingiu o índice de ICSD de 0,72 ao passo que a cláusula contratual define que seja superior a 1,2), e como consequência, o montante de R\$ 147.212, foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas demonstrações financeiras a Administração não obteve sucesso na obtenção de *waiver* junto ao credor. Adicionalmente, em 20 de março de 2017 a Administração questionou o BNDES sobre as possíveis penalidades pelo descumprimento de *covenants*, o BNDES se posicionou informando que a implicação, é a possível aplicação de multa por inadimplemento não-financeiro. Por fim, a Companhia durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, captou novos empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 28.854, esta captação está em desacordo com o contrato de empréstimos junto ao BNDES, uma vez que em situações de descumprimento de *covenants*, a Companhia não poderia captar novos empréstimos e financiamentos.

Em 30 de setembro de 2017 a Companhia possuía R\$ 41.923 de linha de crédito aprovada junto ao BNDES e a liberar. A liberação ocorre mediante a comprovação dos investimentos previstos no cronograma de desembolsos apresentado ao BNDES.

- (iii) Os empréstimos e financiamentos possuem, em 30 de setembro de 2017, taxa média ponderada de 7,92% a.a.

10 Debêntures

Tipo de operação	Taxa de juros a.a.	30/09/2017	31/12/2016
Debêntures	7,75% a.a + IPCA	428.080	418.576

Em 04 de junho de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027. As Debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 7,75% ao ano.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagáveis a cada período de 12 (doze) meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e

- Fiança da Comporte Participações S.A., Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A., Breda Transportes e Serviços S.A. e Calas Participações S.A. a partir de 30 de junho de 2014, da BRVias Holding VRD S.A.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com o contrato de financiamento do BNDES da modalidade FINEM, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Manter os seguintes índices financeiros:
 - Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,3;
 - Manter o índice “Dívida líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5,1 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 4,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2017, igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.
 - Manter o índice “Dívida líquida / Patrimônio líquido” anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.
 - Patrimônio líquido/Ativo total maior ou igual a 20%;
 - Manter o índice “EBITDA/Despesas financeira” anualizado igual ou maior do que 1,5 até dezembro de 2016, igual ou maior do que 2,0 até dezembro de 2017 e igual ou maior do que 2,5 a partir janeiro de 2018 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para exercícios findos em dezembro de cada ano, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atingiu o índice de ICSD de 0,72 ao passo que a cláusula contratual define que seja superior a 1,3; a Companhia atingiu os índices de Dívida líquida / EBITDA de 6,26 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 3,5, e EBITDA/Despesas financeira de 0,97 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou maior que 1,5, e como consequência, o montante de R\$ 409.738, foi reclassificado do passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas demonstrações financeiras a Administração não obteve sucesso na obtenção de *waiver* junto ao credor. A Companhia acredita que a anuência do credor para o descumprimento de *covenants* será obtido com data posterior às demonstrações financeiras, uma vez que já está em tramitação interna junto aos comitês de aprovação do debenturista.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$2.214 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante a apropriar no resultado futuro em 30 de setembro de 2017 é de R\$1.445.

11 Fornecedores

	30/06/2017	31/12/2016
Fornecedores - partes relacionadas (nota explicativa 6)	774	251
Fornecedores diversos	16.937	16.454
Medições a pagar	1.415	2.698
Retenções (i)	15.787	16.253
Total	34.913	35.656

- (i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

11.1 Fornecedores – risco sacado

A Companhia possui contratos firmados com bancos para estruturar alguns de seus fornecedores a operação denominada “forfait”. Nestas operações os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. A utilização de instituição financeira intermediando a aquisição de serviços com tais fornecedores tem por objetivo alongar o prazo de pagamento e contribuir para a melhoria do fluxo de caixa operacional. Considerando as características de tais transações e ciente do ofício CVM 01/2016 de 18 de fevereiro de 2016, a Companhia está apresentando o saldo de tais transações em rubrica específica

Em 30 de setembro de 2017, as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 120% a.m. à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

12 Provisão para manutenção - Contrato de concessão

A Companhia constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

	30/09/2017	31/12/2016
Passivo circulante	12.682	32.293
Passivo não circulante	31.933	20.495
Total	44.615	52.788

Movimentação da provisão para manutenção

	2017
Em 1º de janeiro de 2016	40.057
Realização por consumo	(28.075)
Adições	40.806
Em 31 de dezembro de 2016	52.788
Realização por consumo	(20.544)
Adições	12.371
Em 30 de setembro de 2017	44.615

13 Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 30 de setembro de 2017 a Companhia reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	30/09/2017	31/12/2016
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	32.396	32.669
Provisão para manutenção	15.169	17.948
Outras provisões temporárias	1.331	1.418
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	(39.661)	(42.800)
	<u>9.235</u>	<u>9.235</u>
Passivo		
Custos dos empréstimos	(1.332)	(1.332)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	(27.143)	(28.132)
	<u>(28.475)</u>	<u>(29.464)</u>
	<u>(19.240)</u>	<u>(20.229)</u>

(*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) - Tributos Sobre o Lucro.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 30 de setembro de 2017	Saldo em 31 de dezembro de 2016	30/09/2017 (3 meses)	30/09/2016 (3 meses)	30/06/2017 (9 meses)	30/06/2016 (9 meses)
Ativo						
Prejuízo fiscal e base negativa	32.396	32.669	1.071	(3.073)	(273)	4.758
Provisão para manutenção	15.169	17.948	(1.918)	5.569	(2.779)	8.212
Outras provisões temporárias	1.331	1.418	63	56	(87)	587
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	(39.661)	(42.800)	784	(2.552)	3.139	(13.557)
	<u>9.235</u>	<u>9.235</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo						
Custos dos empréstimos	(1.332)	(1.332)	-	-	-	-
Intangíveis - Efeito temporário	(27.143)	(28.132)	330	331	989	989
	<u>(28.475)</u>	<u>(29.464)</u>	<u>330</u>	<u>331</u>	<u>989</u>	<u>989</u>
	<u>(19.240)</u>	<u>(20.229)</u>	<u>330</u>	<u>331</u>	<u>989</u>	<u>989</u>

(*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) - Tributos Sobre o Lucro.

a. Créditos tributários

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	30/09/2017	31/12/2016
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	95.284	96.084

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

Descrição	30/09/2017 (3 meses)	30/09/2016 (3 meses)	30/09/2017 (9 meses)	30/09/2016 (9 meses)
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	9.428	(381)	6.572	(38.474)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	(3.206)	130	(2.234)	(13.081)
(-) Adições permanentes	(336)	(378)	(1.003)	(1.217)
(+) Exclusões permanente	3.491	3.817	7.280	7.132
(-) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	784	(2.552)	3.139	(13.557)
(+/-) Outros créditos não reconhecidos	(1.536)	(2.205)	(4.315)	(8.142)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(161)	-	(173)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	330	328	989	989
	2%	-86%	12%	-3%

14 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 30 de setembro de 2017, está provisionado o montante de R\$ 1.043 (R\$ 1.297 em 2016), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2016	754	543	1.297
Provisão / (reversão de provisão)	14	(268)	(254)
Saldo final	768	275	1.043

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 3.414 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 3.517 em 2016). A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 33.300 (nota explicativa nº 25) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	30/09/2017		31/12/2016	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	25	979	31	1.535
Trabalhistas	44	2435	38	1.982
Total	69	3.414	69	3.517

15 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2017 o capital social da Companhia era composto de R\$ 389.000, sendo R\$ 353.961 já integralizados e R\$ 35.039 a integralizar (R\$ 66.789 a integralizar em 31 de dezembro de 2016) e está representado por 194.499.550 de ações ordinárias e 194.499.550 de ações preferenciais.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Conforme comentado na nota explicativa nº 9, por conta do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia não poderá distribuir dividendos superiores ao dividendo mínimo obrigatório.

16 Receita operacional líquida

Abaixo a composição da receita operacional líquida:

	2017 (3 meses)	2016 (3 meses)	2017 (9 meses)	2016 (9 meses)
Receita de pedágios	52.268	49.967	144.889	138.130
Receitas acessórias	96	66	262	305
Receita de construção	7.785	6.295	19.867	29.005
Outras receitas	18	7	25	24
Tributos incidentes	(4.325)	(4.156)	(11.937)	(11.492)
	55.842	52.179	153.106	155.972

17 Gastos por natureza

Abaixo a composição do custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais:

	30/09/2017 (3 meses)	30/09/2016 (3 meses)	30/09/2017 (9 meses)	30/09/2016 (9 meses)
Serviços de terceiros	(6.965)	(7.776)	(20.788)	(25.074)
Custo com pessoal	(6.168)	(4.085)	(17.722)	(15.423)
Amortização e depreciação	(5.910)	(4.899)	(16.794)	(14.238)
Constituição de provisão para manutenção	(4.288)	(5.789)	(12.371)	(21.863)
Custo de contrato concessão	(2.661)	(3.162)	(8.465)	(8.555)
Outros	(1.345)	(1.200)	(3.872)	(5.096)
Total	(27.337)	(26.911)	(80.012)	(90.249)
Custo dos serviços prestados	(25.197)	(24.850)	(74.030)	(84.237)
Despesas administrativas e gerais (i)	(2.140)	(2.061)	(5.982)	(6.012)
Custo de construção	(7.785)	(6.295)	(19.867)	(29.005)

(i) As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal.

18 Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos trimestres findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 foram:

	30/09/2017 (3 meses)	30/09/2016 (3 meses)	30/09/2017 (9 meses)	30/09/2016 (9 meses)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.429	1.076	2.216	3.002
Total das receitas financeiras	1.429	1.076	2.216	3.002
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(12.716)	(16.173)	(45.708)	(71.085)
Outras despesas financeiras	(5)	(4.275)	(3.163)	(7.108)
Total das despesas financeiras	(12.721)	(20.448)	(48.871)	(78.193)
Resultado financeiro líquido	(11.292)	(19.372)	(46.655)	(75.191)

19 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/ IAS 33 (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os trimestres findos em 30 de Setembro de 2017 e 2016.

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

Exercício	Resultado do período	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação Básico e diluído - R\$ - Expresso em Reais
3o. trimestre 2016	(68)	289.000.000	(0,00024)
3o. trimestre 2017	9.597	389.000.000	0,02467
9 meses 2016	(37.485)	289.000.000	(0,09636)
9 meses 2017	7.388	389.000.000	0,01899

20 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Nota	Valor contábil				Valor justo			
		Valor justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
30 de setembro de 2017									
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	2.046	-	2.046	-	-	-	-
Aplicação financeira	4	47.116	-	-	47.116	-	-	-	47.116
Contas a receber de clientes	5	-	10.054	-	10.054	-	10.054	-	10.054
Outros créditos		-	3.460	-	3.460	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	211.329	211.329	-	211.329	-	211.329
Debêntures	10	-	-	428.080	428.080	-	428.080	-	428.080
Fornecedores	11	-	-	34.913	34.913	-	34.913	-	34.913
Fornecedores - risco sacado	11.1	-	-	834	834	-	834	-	834
31 de dezembro de 2016									
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	3.294	-	3.294	-	-	-	-
Aplicação financeira	4	26.556	-	-	26.556	-	-	-	26.556
Contas a receber de clientes	5	-	10.559	-	10.559	-	10.559	-	10.559
Outros créditos		-	3.859	-	3.859	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	223.888	223.888	-	-	-	223.888
Debêntures	10	-	-	418.576	418.576	-	418.576	-	418.576
Fornecedores	11	-	-	35.655	35.655	-	35.655	-	35.655
Fornecedores - risco sacado	11.1	-	-	6.865	6.865	-	-	-	6.865

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa

vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 30 de setembro de 2017.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, redução do tráfego e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

Cronograma de amortização da dívida

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

Em 30/09/2017	Contábil	Fluxo contratual	2017	2018	Acima de 2019
Empréstimos e financiamentos	211.329	264.926	12.939	57.778	194.209
Debêntures	428.080	669.501	-	46.300	623.201
Fornecedores	34.913	34.913	34.913	-	-
Fornecedores - risco sacado	834	834	834	-	-
	<u>675.156</u>	<u>970.174</u>	<u>48.686</u>	<u>104.078</u>	<u>817.410</u>
Em 31/12/2016					
Empréstimos e financiamentos	223.888	278.900	15.000	48.267	215.633
Debêntures	418.576	643.788	-	45.347	598.441
Fornecedores	35.655	35.655	35.655	-	-
Fornecedores - risco sacado	6.865	6.865	6.865	-	-
	<u>684.984</u>	<u>965.208</u>	<u>57.520</u>	<u>93.614</u>	<u>814.074</u>

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 30 de setembro de 2017 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Perfil

Na data das informações trimestrais, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do IPCA, CDI e TJLP, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas abaixo:

		Valor contábil	
		30/09/2017	31/12/2016
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Empréstimos e financiamentos		1.670	2.476
		Valor contábil	
		30/09/2017	31/12/2016
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	30.315	15.092
Empréstimos e financiamentos	TJLP	119.494	137.468
Empréstimos e financiamentos	UM-IPCA	59.850	68.852
Debêntures	IPCA	428.080	418.576

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do IPCA e TJLP.

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa do IPCA de acordo com as projeções obtidas pelo BACEN - Relatório FOCUS e a TJLP obtida no BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ambas em 30 de setembro de 2017.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA e TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da IPCA e TJLP é apresentada na tabela abaixo:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Depreciação das taxas

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais das informações financeiras em 30 de setembro de 2016.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(iv) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A

Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Instrumentos	Exposição 2017	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	119.494	Aumento TJLP	7,00%	(8.365)	8,75%	(10.456)	10,50%	(12.547)
Empréstimos e financiamentos	59.850	Aumento UMIPCA	1,90%	(1.137)	2,38%	(1.421)	2,85%	(1.706)
Capital de giro	30.315	Aumento CDI	10,25%	(3.107)	12,81%	(3.884)	15,38%	(4.661)
Debêntures	428.080	Aumento IPCA	3,60%	(15.411)	4,50%	(19.264)	5,40%	(23.116)
Total dos passivos financeiros	637.739			(28.020)		(35.025)		(42.030)
Impacto no resultado do período apresentado						(7.005)		(14.010)

Instrumentos	Exposição 2016	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	119.494	Aumento TJLP	7,00%	8.365	5,25%	6.273	3,50%	4.182
Empréstimos e financiamentos	59.850	Aumento UMIPCA	1,90%	1.137	1,43%	853	0,95%	569
Capital de giro	30.315	Aumento CDI	10,25%	3.107	7,69%	2.330	5,13%	1.554
Debêntures	428.080	Aumento IPCA	3,60%	15.411	2,70%	11.558	1,80%	7.705
Total dos passivos financeiros	637.739			28.020		21.014		14.010
Impacto no resultado do período apresentado						(7.005)		(14.010)

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

21 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Mai/2017 a Mai/2018	78.133
Garantia ampliação	Mai/2017 a Mai/2018	127.094
Operacionais	Mai/2017 a Mai/2018	1.702.605
Responsabilidade Civil	Mai/2017 a Mai/2018	33.300
Engenharia	Mai/2017 a Mai/2018	18.000
Engenharia – Obra Bauru	Mai/2017 a Mai/2018	53.500

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra Terceiros (Danos Materiais, Corporais e Morais).

22 Benefícios a empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da empresa conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

23 Aspectos ambientais

A ViaRondon - Concessionária de Rodovia S.A. considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

24 Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na nota explicativa nº 23.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e as penalidades cabíveis, caso não esteja atendendo as obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas informações financeiras.

25 Compromissos

Decorrente da verba de fiscalização

A Companhia assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária, portanto em 27 de junho de 2013 foi publica no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Esse montante a realizar em 30 de setembro de 2017 totaliza R\$ 829.632, valor nominal. A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e conseqüentemente cumprir as metas contratuais. Em decorrência principalmente da desaceleração do crescimento da econômica brasileira, houve uma postergação no plano de investimentos inicialmente acordados junto ao poder concedente, de qualquer forma a administração da Companhia acredita que os prazos finais dos investimentos acordados junto ao poder concedente, serão atendidos.

26 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2 / IAS 7. Durante o exercício findos em 30 de setembro de 2017 a Companhia adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 20.523, dos quais R\$ 1.026 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado - fornecedores, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

27 Outros assuntos

Em 01 de julho de 2016, foi cumprido na sede da Companhia o Mandado de Busca e Apreensão, expedido pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de obter evidências para investigação de diversos financiamentos concedidos pelo FI-FGTS, tendo sido pela Companhia disponibilizadas todas informações solicitadas.

A Companhia contratou especialistas externos para conduzir investigação interna independente, sobre o tema supracitado, compreendendo o período de março de 2011 à maio de 2012. A investigação não identificou riscos legais atribuíveis à Companhia com relação aos fatos da investigação.

Até o momento, não houve qualquer desdobramento desta ação, sendo que a Companhia nunca figurou como parte investigada em qualquer procedimento. A Companhia continua à disposição das autoridades legais para prestar esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

* * *

Diretoria

Marcos Máximo de Novaes Mendonça
Diretor Financeiro

José Efraim Neves da Silva
Diretor Administrativo

Ricardo de Souza Adenes
Diretor de Relações com Investidores

Antônio Vieira Netto
Diretor de Engenharia

Heloisa Custódio de Oliveira
Diretora de Operações

Conselho da Administração

Antônio Roberto Beldi
Paulo Sergio Coelho
Ricardo Constantino
Ricardo de Souza Adenes

Contador

Marcelo Carlos Biancolini
Contador - CRC/SP nº 1SP236252/O-0